

# TRADUÇÃO DOS TERMOS SOBRE CORONAVÍRUS/COVID-19: PROBLEMAS E DESAFIOS

TRADUCCIÓN DE TÉRMINOS SOBRE EL CORONAVIRUS/COVID-19: PROBLEMAS Y  
DESAFÍOS

TRANSLATION OF CORONAVIRUS/COVID-19 TERMS: ISSUES AND CHALLENGES

David Alberto Seth Langa\*

Universidade Eduardo Mondlane | Moçambique

RESUMO: O presente artigo visa estudar as mensagens sobre o novo coronavírus (doravante coronavírus) difundidas através da rádio em línguas locais, nomeadamente: *Rhonga* e *Changana*, no Posto administrativo da Machava, Província de Maputo e Município da Matola. Constitui objetivo principal do estudo avaliar a eficiência comunicativa da(s) traduções das mensagens áudio sobre a coronavírus/Covid 19 difundidas em Línguas Bantu (LB) e tem como objetivos específicos, (i) Aferir se as mensagens traduzidas de Língua Portuguesa (LP) para as LB, contribuem ou não para a mudança de comportamento do público ouvinte, bem como (ii) analisar se as mensagens traduzidas para as LB são equivalentes e apropriadas, do ponto de vista do seu conteúdo, com as expressas em LP. Os dados analisados apontam que apesar de ter havido uma disponibilização de mensagens sobre o coronavírus/Covid 19 pelo Ministério de Saúde (MISAU) e seus parceiros, as mesmas não foram devidamente “empacotadas” e “entregues” aos usuários das línguas locais em alusão, razão pela qual o treinamento linguístico e a criação, no país, de uma agência multidisciplinar para atender a questões dessa natureza seja imperioso.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Coronavírus. Português. Línguas locais. Comunicação.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo estudiar los mensajes sobre el nuevo coronavirus (en adelante coronavirus) transmitidos por la radio en los idiomas locales, a saber: *Rhonga* y *Changana*, en el Puesto Administrativo de Machava, provincia de Maputo y municipio de Matola. El objetivo principal del estudio es evaluar la eficiencia comunicativa de la(s) traducción(es) de los mensajes de audio sobre el coronavirus / Covid 19 emitidos en Lenguas Bantú (LB). Sus objetivos específicos son: (i) determinar si los mensajes traducidos del portugués (LP) para las Lenguas Bantú (LB), contribuyen o no a cambiar el comportamiento del público

---

\* Doutor em Linguística (2012), docente e pesquisador da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. As suas áreas de pesquisa incluem Linguística Descritiva das Línguas Bantu, etnografia de comunicação e sociolinguística. E-mails: david.a.langa@uem.ac.mz ou daslanga@gmail.com.

que escucha, así como (ii) analizar si los mensajes traducidos a las Lenguas Bantú son equivalentes y apropiados, desde el punto de vista de su contenido, con los expresados en LP. Los datos analizados muestran que a pesar de la disponibilidad de mensajes sobre coronavirus / Covid 19 por parte del Ministerio de Salud (MISAU) y sus socios, estos no fueron debidamente "empacutados" y "entregados" a los usuarios de los idiomas locales en cuestión. Por eso es crucial la formación en idiomas y la creación, en el país, de una agencia multidisciplinar para abordar temas de esta naturaleza.

PALABRAS CLAVE: Traducción. Coronavirus. Portugués. Idiomas locales. Comunicación.

ABSTRACT: The present paper aims to study the messages about new coronavirus (henceforth coronavirus) broadcasted in local languages, namely *Rhonga* and *Changana*, at Machava Administrative Post in Maputo province, Matola Municipality. The main goal of the paper is to evaluate the communicative effectiveness of the audio messages about coronavirus/Covid 19 broadcasted in Bantu Languages (BL) translations. The specific objectives are, (i) to assess whether the messages translated from Portuguese to BL contribute or not to change of behavior of the listening audience and (ii) to analyse whether the messages translated to BL are equivalent and suitable, in the point of view of their contents, with the one expressed in Portuguese. The analyzed data points out that although there has been an availability of messages about coronavirus/Covid-19 by the Ministry of Health (MISAU) and their partners, the messages were not suitably "packed" and "delivered" to the users of the local language (*Rhonga* and *Changana*), reason why a linguistic training and the creation, in the country, of a multidisciplinary agency to attend to these issues is imperative.

KEYWORDS: Translation. Coronavirus. Portuguese. Local languages. Communication.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa estudar as mensagens sobre o Coronavírus difundidas através da rádio em línguas locais, nomeadamente: *rhonga* e *changana*, no posto administrativo da Machava, província de Maputo, município da Matola. Constitui objetivo principal do presente estudo avaliar a eficiência comunicativa da(s) tradução(ões) das mensagens de áudio sobre o Coronavírus/Covid-19 em uso na Rádio Moçambique (RM), Delegação de Maputo e tem como objetivos específicos, (i) aferir se as mensagens traduzidas de Língua Portuguesa (LP) para as Línguas Bantu (LBs) contribuem ou não para a mudança de comportamento do público ouvinte, bem como (ii) analisar se mensagens traduzidas para as LBs são equivalentes e apropriadas, do ponto de vista do seu conteúdo, com as expressas em LP. O texto argumenta que, apesar de ter havido um esforço na disponibilização de mensagens sobre o Coronavírus/Covid-19 pelo Ministério de Saúde (MISAU) e seus parceiros, elas não foram devidamente "empacotadas" e "entregues" aos usuários das línguas locais por razões de pouco treinamento linguístico dos diversos atores sobre o novo vírus e a doença que assolava o mundo pandêmico.

Devido à rapidez com que o vírus se espalhou pelo mundo, pode se considerar que os primeiros países a serem assolados e com maior gravidade desde dezembro de 2019 – como o caso da China, EUA, Brasil, Portugal, Itália, Espanha – não tiveram o tempo necessário para se precaverem e protegerem suas populações, fato que não aconteceu em Moçambique. Neste país, o vírus foi diagnosticado pela primeira vez em março de 2020, e, na sequência, o presidente da República decretou o primeiro Estado de Emergência (Decreto nº 11/2020 de 30 de março; Lei nº 1/2020 de 31 de março), que foi seguido pelo segundo Estado de Emergência, antes de ser decretado o Estado de Calamidade Pública (Decreto nº 7/2021 de 5 de março), que vigora até os dias que correm. Desde abril até este momento, várias iniciativas tomaram lugar: músicos, artistas, *spots* publicitários sobre as medidas a tomar para evitar a infecção pelo Coronavírus. Nota-se que, no segundo decreto presidencial de Estado de Emergência, o presidente destacou que as mensagens deveriam ser passadas também em línguas locais de forma a garantir que houvesse a abrangência da diversidade linguística da população moçambicana.

Diferentemente de outros países, para Moçambique, uma campanha de sensibilização das pessoas era crucial para se precaverem do vírus, o que foi feito através de publicidades, de cartazes, de audiovisuais etc., em que a língua desempenha um fator preponderante na comunicação. É válido notar que o presente estudo foca-se apenas nas mensagens veiculadas nas línguas locais, especificamente nas faladas no local de estudo: *rhonga* e *changana*.

Na página oficial do Ministério de Saúde (MISAU, 2020), encontram-se depositados 14 materiais informativos sobre o Coronavírus, entre cartazes, brochuras e manuais. Esses materiais estão todos escritos em português, num país em que a maior parte da sua população (83,7%) se comunica nas diversas línguas moçambicanas, segundo os dados do Censo de 2017 (INE, 2019). Importa realçar que, em Moçambique, o valor médio de utilizadores de internet era de 3,47%, tendo o valor máximo de 17,52% no período de 1990 a 2019, segundo informações do Banco Mundial, sendo que 0,1% usou a internet nos últimos 3 meses de 2017 (INE, 2019), numa população total do país de 30.832.244 (INE, 2019).

Apesar de o MISAU ter organizado toda a informação útil relacionada com o Coronavírus no seu *website*, o fato de a ter colocado exclusivamente em Língua Portuguesa deixa de lado o grosso da população moçambicana falante das suas línguas nativas, num país em que a língua portuguesa continua a ser uma barreira de acesso de bens. Talvez seja por essa limitante que tem o *website* do MISAU que se apostou no uso das línguas locais na Televisão de Moçambique (TVM) e na Rádio Moçambique (RM) e em suas delegações que emitem em línguas locais. O presente artigo foca-se na zona sul, província de Maputo, onde a RM faz transmissões nas línguas *rhonga* e *changana*. O artigo se estrutura da seguinte maneira: em um primeiro momento, é realizada uma introdução, contextualizando quem o lê; após, na seção 2, é apresentado, de forma panorâmica, Moçambique, seguida dos pressupostos teóricos na seção 3. A seguir, é contextualizada a metodologia na seção 4, explicando todos os procedimentos adotados na pesquisa. Os resultados são discutidos e analisados na seção 5, estando, na sequência, as considerações finais.

## 2 APRESENTAÇÃO PANORÂMICA DE MOÇAMBIQUE

Nesta secção, apresenta-se o panorama linguístico, que inclui a situação linguística do país, suas políticas linguísticas e de tradução. Apesar de Moçambique ter uma alta diversidade linguística e cultural, o país não tem uma política linguística claramente definida, nem mesmo uma política de tradução, conforme se apresenta nas subsecções que se seguem.

### 2.1 SITUAÇÃO LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE

A população total de Moçambique é de 30.832.244 (INE, 2019), dos quais 22.243.373 têm 5 ou mais anos de idade. Estes últimos, aliás, são os que entram nas estatísticas como os que afirmam falar as línguas que se apresentam na Tabela 1.

**Tabela 1:** Distribuição de línguas faladas por população de 5 ou mais anos de idade

Nº	Línguas	Falantes 2017	%	Províncias
01	Makhuwa	5.866.643	26,4	Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala, Zambézia
02	Português	3.709.868	16,7	Todas as províncias do país
03	Changana	1.926.879	8,7	Gaza, Maputo, Maputo Cidade, Inhambane, Niassa
04	Sena	1.586.703	7,1	Manica, Sofala, Tete, Zambézia
05	Lomwe	1.606.600	7,2	Nampula, Niassa, Zambézia
06	Nyanja	1.532.411	6,9	Niassa, Tete, Zambézia
07	Chuwabu	1.060.852	4,8	Nampula, Sofala, Zambézia
08	Ndau	840.946	3,8	Manica, Sofala
09	Tshwa	841.643	3,8	Gaza, Inhambane, Maputo, Sofala

Nº	Línguas	Falantes 2017	%	Províncias
10	Nyungwe	504.555	2,3	Manica, Tete
11	Yaawo	454.185	2,0	Cabo Delgado, Niassa
12	Copi	336.020	1,5	Gaza, Inhambane, Maputo, Cidade de Maputo
13	Makonde	327.224	1,5	Cabo Delgado
14	Tewe	263.324	1,2	Manica
15	Rhonga	58.486	0,3	Gaza, Maputo, Cidade de Maputo, Inhambane
16	Tonga	187.646	0,8	Inhambane, Maputo, Cidade de Maputo
17	Manyika	202.763	0,9	Manica
18	Cibalke	130.075	0,6	Manica
19	Mwani	90.432	0,4	Cabo Delgado
20	Koti	66.810	0,3	Nampula
22	Swahili	37.484	0,2	Cabo Delgado
24	Outras LM	321.007	1,4	Todas as províncias
25	Mudo	11.669	0,1	Todas as províncias
	Total	22.243.373	100	Todas as províncias

Fonte: INE (2019)

Como se pode depreender, a grande maioria das LBs são utilizadas por menos de 5% de falantes, o que as põe em perigo de extinção se medidas conducentes à sua vitalidade não forem tomadas a curto termo no país (cf. SITOE, 2014; BATIBO, 2012).

Apesar desta complexidade linguística de Moçambique e a sua relação oficial com o Estado, decorrem políticas e práticas linguísticas no país, como é o caso da educação bilingue e o fomento do uso das línguas moçambicanas em meios de comunicação social (rádio e televisão).

Sobre a educação bilíngue em Moçambique, o número de escolas que implementaram o ensino bilingue no país cresceu de 14, em 2003, para 3.161 em 2020. O número de professores cresceu de 14, em 2003, para 10.812 em 2020. O número de alunos passou de 700, em 2003, para 683.607 em 2020 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020). Apesar de haver uma evolução na implementação dessa modalidade, o crescimento do número de matriculados constitui apenas 10,7% dos alunos matriculados do ensino primário (6.368.196) em 2020. Esse dado é indicador da mudança de paradigma na educação, passando-se de uma educação em que o português era imposto aos moçambicanos através da escolarização (CHIMBUTANE, 2011), seguindo-se, assim, o modelo de educação assimilacionista da ideologia colonial, que condicionava a Língua Portuguesa como o único veículo da civilização dos nativos (FIRMINO, 2002), para uma educação bilingue em que as línguas maternas (diferentes do português) são veículo de educação dos moçambicanos. Isso acontece em conformidade com a Lei nº 18/2018, de 28 de dezembro, do Sistema Nacional de Educação, a qual preconiza a lecionação do ensino primário em duas modalidades

(monolíngue e bilingue), garantindo-se, assim, a equidade no acesso, na participação e na retenção escolar das crianças no sistema educacional.

Além do uso das línguas locais na educação bilingue, nas ONGs, nos cultos religiosos e no contexto familiar, pode-se mencionar o papel dos meios de comunicação – rádios e TVs – na promoção e na valorização das LBs, atuando como uma forma de política linguística. A RM, por exemplo, definiu, na sua política, o uso de LB, tendo-se organizado em dois grandes vetores, uma de emissão nacional com o uso do português e outro de emissão nas províncias em línguas locais (NGUNGA, 2011; VETERANO, 2011). De uma forma geral, a RM usa 19 línguas<sup>1</sup> nas suas emissões (NDAPASSOA; BALANGO, 2015; FIRMINO; NDAPASSOA, 2019). Portanto, o uso das LBs é indispensável para a comunicação da grande maioria das pessoas que compõem a população moçambicana, visto ser esta a língua materna delas e algumas têm o português como língua segunda ou mesmo estrangeira.

## 2.2 POLÍTICA LINGUÍSTICA DE MOÇAMBIQUE

De uma forma geral, apesar de os países da África subsaariana terem adotado as línguas europeias como as principais (inglês, francês e português), a grande maioria dos africanos se comunicam nas suas línguas nativas (MITI, 2008). Ao assim proceder, os países africanos, sistematicamente, violam os direitos linguísticos, sobretudo, no número 1 do artigo terceiro<sup>2</sup>, que, dentre outros, postula o direito de uso de língua [materna] em privado e em público.

Moçambique ainda não tem uma política linguística claramente definida, porém o prestígio associado à LP é incontestável (LOPES, 1997, p.23):

Os moçambicanos que falam a língua portuguesa adquiriram através desta língua um poder sem precedentes no que se refere à mobilidade e ascensão social. Por força de acidentes políticos e económicos da história, o Português assumiu a hegemonia linguística, em detrimento dos falantes exclusivos das línguas bantu ou principalmente de língua bantu.

Como se depreende a partir do excerto acima, “[...] o Estado promove o Português como língua de unidade e língua franca a nível nacional” (LOPES, 2004, p. 53), pois, do ponto de vista legal, a Constituição da República de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 2004) é inequívoca em relação ao uso da LP no país, ao afirmar, no seu artigo décimo, sobre a língua oficial que “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”. Em relação às LBs faladas no território (línguas nacionais), o artigo nono da Constituição da República de Moçambique diz que “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade” (MOÇAMBIQUE, 2004).

A redação do artigo nono em alusão é esvaziado em termos da especificação dos nomes das línguas nacionais, o que confere o estatuto baixo destas línguas em comparação com o português, língua oficial (LANGA, 2019b). Esse vazio abre espaço para diferentes designações das línguas nacionais, bem como para o relativo desconhecimento delas e dos locais onde são faladas, visto que Moçambique carece de um levantamento linguístico exaustivo das suas línguas, acrescido ao fato de a fronteira entre língua e dialeto não estar muito clara em Moçambique, como em África no geral (cf. BATIBO, 2012). A falta de uma Política Linguística (PL) clara associada ao estatuto L (língua de baixo prestígio) das LBs em comparação com a LP faz com que haja suspeitas fortes do fenómeno de mudança linguística para a LP (ROMAIN, 1995; GONÇALVES *et al.*, 2019; LANGA, 2019a).

<sup>1</sup> De uma forma geral, a RM usa 19 línguas nas suas emissões (NDAPASSOA; BALANGO, 2015; FIRMINO; NDAPASSOA, 2019), distribuídas por regiões, a saber: (i) zona norte, *Kimwani, Shimakonde, Emakhuwa, Ciyawo, Elomwe, Cinyanja e Swahili*; (ii) zona central, *Cindau, Cisena, Cinyungwe, Cibarwe, Ciutee, Cimanyika e Echuwabu*; e (iii) zona sul, *Cicopi, Citshwa, Gitonga, Xichangana e Xirhonga*.

<sup>2</sup> Essa declaração considera que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes direitos individuais inalienáveis: o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem; o direito de manter e desenvolver a própria cultura; e todos os outros direitos de caráter linguístico reconhecidos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 16 de dezembro de 1966 e no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais da mesma data (UNESCO, (s/d) Tradução de Wanda Ramos).

### 2.3 POLÍTICA DE TRADUÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, não se fala ainda de política de tradução. A ausência de uma política linguística explícita, como anteriormente se referiu, entra em contradição com o pressuposto segundo o qual “[...] não há política linguística, sem uma política de tradução<sup>3</sup> [...]” em sociedades multilíngues, os estados não podem permanecer neutros em relação à tradução” (MEYLAERTS, 2011, p. 744 *apud* MEYLAERTS, 2018, p. 2). A diversidade linguística e cultural de Moçambique requer, necessariamente, uma política clara de tradução de forma a evitar o que atualmente existe, que são iniciativas dispersas, mas não institucionalizadas de tradução. Nota-se o grupo Bantu Moçambique, uma organização composta, na sua maioria, por estudantes graduados do curso de Ensino de Línguas Bantu-UEM (curso universitário relativamente jovem, com cerca de 15 anos) que realizam trabalhos visando à tradução de/para as diversas LBs. Na realização do IV Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas, em 2018, definiu-se, como um dos objetivos, criar um *board* (ou agência) que lide com questões de língua (incluindo as LBs e a LP), que seria a entidade de consulta credível para assuntos de língua, porém isso ainda não aconteceu. É urgente que Moçambique tenha um órgão desse tipo, mesmo porque, já desde a segunda metade do ano 2000, criou-se o Instituto de Nomes Geográficos de Moçambique (INGEMO), aprovado através da Resolução nº 08//2010, para lidar com a toponímia de Moçambique. Mesmo assim, nota-se a necessidade de criação de uma agência que lide com propriedade sobre a atribuição dos nomes e, no caso vertente, para lidar com assuntos sobre a terminologia linguística, bem como a escrita das LBs.

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Sendo o material informativo sobre o Coronavírus produzido e disponibilizado em português, conforme o *website* do MISAU, principal fonte do presente estudo, a produção do material informativo em línguas locais passa, necessariamente, pelo processo de tradução. Sobre essa matéria, a literatura distingue três maneiras de interpretar um signo verbal (JAKOBSON, 1959 *apud* BRANCO, 2011), a saber:

- (i) Tradução **intra**linguística ou reformulação (*rewording*) consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua;
- (ii) Tradução **inter**linguística ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua; e
- (iii) Tradução **inter**semiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

O presente estudo centra-se em (ii), na tradução interlinguística, que é a tradução de uma língua fonte (nesse caso, o português) para uma alvo (*rhonga e/ou changana*). A língua (como código) deve ser partilhada por uma comunidade de fala, e esta, por sua vez, transporta uma série de valores culturais e conhecimentos de diversas ordens também culturalmente inseridos (dentre esses conhecimentos: a crença, a medicina, a educação, o desporto etc.). Essa variedade de conhecimentos adquiridos ao longo da sua socialização, culturação, é expressa através da língua (BRANCO, 2011). Isto é, mais do que desenvolver “uma competência linguística”, o tradutor deve desenvolver “uma competência tradutora”<sup>4</sup> (BRANCO, 2011, p.12-13), o que se conforma com o conceito de competência comunicativa (HYMES, 1974), segundo o qual se propõe:

<sup>3</sup> Uma política de tradução pode ser definida como uma série de decisões intencionalmente coerentes sobre as atividades de tradução ou tradução tomadas por atores públicos, e às vezes privados, a fim de resolver problemas linguísticos e de tradução coletivos (MEYLAERTS, 2018, p. 2).

<sup>4</sup> Nas competências de produção, enquadram-se a competência verbal e a competência da escrita. As competências de decodificação ainda possuem três desdobramentos: i) competência linguística ampla (núcleo familiar ou social a que pertencemos e categorias gramaticais da língua e do léxico); ii) competência comunicativa (avaliação e confronto de significados com contextos, situações específicas e contextos intersemióticos); e iii) competência dos instrumentos linguísticos, ou seja, a habilidade de “falar, exprimir-se verbalmente” e a competência gráfica, que o autor chama de tradução das expressões linguísticas para signos gráficos, também chamada de tradução intersemiótica por Jakobson (1959). Essa breve descrição de algumas das competências demonstra a delicada função de trabalhar as linguagens em contextos sociais e culturais que ultrapassam as barreiras da língua (BRANCO, 2011, p. 13).

[...] a explicar a produção e a interpretação do comportamento cultural tem de dar conta do que é formalmente possível, considerando-se o sistema da língua, do que é viável, em função dos meios de implementação da fala disponíveis, do que é apropriado, levando-se em conta as normas sociais que presidem à comunicação nos diversos contextos e nas diversas funções e papéis sociais, e, finalmente, do que é efetivamente usado. (HYMES, 1974 apud BORTONI-RICARDO, 2014, p. 88)

A literatura afirma haver pouco espaço dado à tradução ou à interpretação<sup>5</sup>, embora se reconheça o valor supremo na comunicação envolvendo sujeitos que não têm o conhecimento ou o domínio da língua a que se devem comunicar. Pöchhacker (2010) aponta para uma teoria da interpretação que converge três temas: cognição em comunicação, discurso e fatores psicossociais. Como que pondo em prova essa teoria, Origuela (2014) prova haver necessidade de uma interpretação comunitária<sup>6</sup> no Brasil para emigrantes que não têm o domínio do português, bem como, dada a diversidade das variedades do português, no Brasil, sugere-se o uso da tradução visando ao melhor alcance dos objetivos do processo de ensino-aprendizagem (PONTES, 2016). Para além do uso da tradução no processo de ensino-aprendizagem, Queiroz (2014, p. 193) advoga a favor da criação de políticas públicas visando ao acesso linguístico para os pacientes em hospitais, pois “[...] no Brasil, as barreiras linguísticas enfrentadas por pacientes que não falam a língua portuguesa são tratadas de forma improvisada por intérpretes voluntários sem nenhum treinamento específico”. Corroborando a necessidade de tradução, sobretudo num país multilíngue e multicultural como Moçambique, bem como a teoria de interpretação e a sua aplicabilidade na dinâmica de uma comunidade, para fazer a tradução interlinguística, os tradutores ou intérpretes devem passar para a língua alvo não só os valores linguísticos da língua fonte, mas, principalmente, a adequação linguística desses valores, incluindo os valores sociais, culturais na língua alvo, de forma a melhor comunicar a população-alvo e, assim, gerar a possível mudança de comportamento.

#### 4 METODOLOGIA

A metodologia usada consistiu-se na recolha de 15 *spots* publicitários em áudio (usados na RM, Delegação de Maputo) em *rhonga* ou em *changana* sobre o Coronavírus/Covid-19. Os *spots* foram gravados a partir da rádio, cabendo, para tal, sintonizar a emissão em FM e usar um gravador (digital) para captar a informação. Depois de gravados, os *spots* foram transcritos pelo autor do presente texto e, subsequentemente, traduzidos por ele. Aliado a isso, ocorreu a participação do investigador, através da “observação dos fenómenos” (SEVERINO, 2007, p. 120), beneficiando-se de residir nas proximidades do local de estudo, bem como a escuta sistemática dos noticiários nas línguas em alusão naquele canal, aproveitando-se do fato de o pesquisador ser falante proficiente das três línguas (isto é, *rhonga*, *changana* e português). A análise de dados foi qualitativa e de análise de conteúdo. Qualitativa porque centrou-se, fundamentalmente, em compreender e em interpretar experiências, vivências e sentidos comuns do grupo observado (MINAYO, 2011), e análise de conteúdo porque analisou as informações constantes nos *spots* publicitários em alusão (SEVERINO, 2007).

Os *spots* analisados foram gravados no período entre março e maio de 2020, na altura da emissão do primeiro e do segundo Estados de Emergência no país. Note-se que, naquela altura, não havia literatura considerável sobre o Coronavírus nem sobre a Covid-19. Os *spots* em alusão foram uma tradução da rádio em questão com base em termos/conceitos disponibilizados a partir da fonte oficial da informação sobre esta matéria em Moçambique, que é o Ministério da Saúde (MISAU). Portanto, todos os termos/conceitos usados no presente artigo em comparação com os emitidos pela rádio foram extraídos do portal do MISAU (2020).

##### 4.1 LOCAL DE ESTUDO

O posto administrativo da Machava localiza-se na província de Maputo com um total de 355.184 habitantes de 1.673.576 de toda a província (INE, 2017), isto é, 0,21% de habitantes da província de Maputo.

**Tabela 2:** Perfil linguístico do Distrito Cidade da Matola

<sup>5</sup> “A interpretação é uma forma de tradução, no seu sentido amplo, e que os Estudos da Interpretação como disciplina, mesmo que abertos a uma variedade de abordagens interdisciplinares, têm um lugar no amplo campo dos Estudos da Tradução” (PÖCHHACKER, 2010, p. 1).

<sup>6</sup> “A Interpretação comunitária [é tida] como um campo de prática e de pesquisa no domínio dos Estudos da Interpretação” (PÖCHHACKER, 2010, p. 1).

	Total	Português	<i>Rhonga</i>	<i>Changana</i>	<i>Tshwa</i>	<i>Copi</i>	<i>Gitonga</i>
Província de Maputo	1.673.576	828.620	37.212	611.806	62.486	29.708	14.601
Cidade da Matola	912.736	586.016	7.289	207.670	6.767	21.407	9.879
Matola Cidade	206.453	135.784	2.010	41.863	6.767	2.944	1.655
Infulene	351.099	223.386	2.965	81.217	12.682	11.245	5.052
<b>Machava</b>	<b>355.184</b>	<b>226.846</b>	<b>2.314</b>	<b>84.590</b>	<b>13.449</b>	<b>7.218</b>	<b>3.172</b>

Fonte: INE (2019)

De uma forma geral, no posto administrativo da Machava, a língua mais falada é o português, sendo que, das línguas locais, *changana* e *xitshwa* são as mais faladas. Contudo, historicamente, a população nativa desse posto administrativo é *rhonga*, sendo os outros povos se mobilizado para este local por razões de ordem diversa. A RM, delegação de Maputo, emite principalmente em *rhonga* e *changana*, usando, por vezes, o *xitshwa*, nos programas que envolvem não somente a delegação de Maputo, mas também as delegações de Gaza e Inhambane.

Nesse ponto administrativo (o da Machava), o ponto de observação é a terminal de autocarros do bairro Patrice Lumumba. Nesse local, desenvolve-se muita atividade comercial, destacando-se mercearias, mercado municipal, bombas de combustíveis e muita atividade informal, bares, entre outras. De fato, decorre muita atividade econômica, e, por ser o principal terminal de autocarros, ocorrem autocarros (vulgo machimbombos) e chapa 100 (transporte semicoletivo de passageiros) para os principais pontos da grande cidade capital. Caracteriza-se por um fluxo acentuado de pessoas para os diversos fins. A observação era feita de duas formas, a saber: (i) a partir desse ponto, ver o comportamento das pessoas no que concerne à observância das medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (uso da máscara, distanciamento físico, lotação dos transportes, uso de álcool para desinfetar as mãos etc.), e (ii) ouvir os comentários das pessoas sobre a matéria. Outro ponto de observação foi o bairro onde o autor reside, ver o comportamento e as atitudes dos moradores e ouvir seus comentários do dia a dia sobre a pandemia.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos *spots* gravados, a primeira preocupação foi de querer saber como que, neles, é definido o Coronavírus. Segundo Moreira & Chongo (apud (MISAU, 2020, paginação irregular), “Coronavírus pertencem a uma família de vírus que causam doenças que variam entre as gripes comuns e as doenças respiratórias mais graves, como a Pneumonia” (MISAU, 2020, p.10). Neste excerto, de fato, não se tem uma definição do Coronavírus, mas a designação do grupo a que pertence e a forma como se manifesta. Sobre conceptualização de Sars-Cov-2 e da Covid-19, o Manual de Prevenção Covid-19, apresenta a seguinte definição:

Sars-Cov-2 é o nome que a OMS atribuiu ao novo Coronavírus. Por sua vez a COVID-19 é a doença causada pelo vírus Sars-Cov-2. ‘CO’ vem da palavra corona, ‘VI’ vem de vírus, ‘D’ significa doença e o 19 representa o ano em que foi descoberto o novo coronavírus. Esta doença apresenta-se em formas leves, moderadas e graves, sendo a forma grave manifestada por pneumonia, no qual os pacientes apresentam dificuldade para respirar e requerem internamento e medidas de suporte respiratória. (MISAU, 2020, p. 10-11)

A parte inicial da definição acima é técnica e a segunda parte (2º período) apresenta as manifestações da doença. Essa dificuldade de uma definição simples e objetiva de Coronavírus manifesta-se na forma como os técnicos de saúde<sup>7</sup> também têm de apresentá-la ao

<sup>7</sup> Técnico de saúde é um licenciado em enfermagem ou medicina. O texto não coloca em causa a sua preparação técnica como profissional de saúde, mas a sua preparação de língua, pois, neste caso, está a transmitir informação muito importante à comunidade.

público. Isso se agudiza quando são confrontados a usar a língua *rhonga* ou *changana*, visando passar informação nova sobre um novo vírus e uma nova doença para uma população sem o domínio da LP.

Para se precaver desse vazio conceitual claro e objetivo, a RM usa a estratégia de colher a informação em alguém especializado, no caso vertente, um técnico de saúde aqui codificado como MM, o qual à pergunta “O que é Coronavírus?”, responde da seguinte maneira:

(Changana) *Muvutiseli: A coronavirus i xivandzana lexi xivangaka mavabzi ya kuhambanahambana. Nakona xivandzana lexi xa coronavirus [...] xona xinghena ka vanhu kumbe ka sviharhi. Xona xituletana hi mukhuwa wa kuhlamarisa.*

(Português)<sup>8</sup> MM: O Coronavírus é um animal (selvagem e feroz) que causa várias doenças. Também este animal [...] pode entrar em pessoas e animais. Ele é transmissível de uma forma espantosa.

A transcrição acima, proferida por MM, corresponde à definição de Moreira & Chongo (s/d, p. 3), sobre o conceito de Coronavírus. Claramente, os vocábulos por ele selecionados para definir o Coronavírus (as destacadas em sublinhado) não têm nada a ver com o assunto tratado. Tratando-se de uma rádio que emite em línguas locais (*rhonga* e *changana*) e com muito boa audiência nessa zona do país, os falantes dessas línguas têm o domínio das suas línguas maternas e, certamente, ficaram sem saber o conceito de Coronavírus, como também podem ter ficado preocupados quando as suas línguas não são devidamente tratadas.

Para a descrição do Coronavírus, MM usa o termo *xivandzana*, que se traduz em “animal selvagem e feroz” (SITOE, 2011, p. 420). Nas formas de transmissão, o técnico de saúde diz que “[...] xinghena ka vanhu kumbe ka sviharhi” que se traduz em “entra em pessoas e animais”. A preocupação do receptor da mensagem, nesse caso, o radiouvinte falante daquelas línguas, é de questionar, por exemplo, “Como que um animal selvagem e feroz pode entrar em pessoas e em um outro animal? O esperado era o animal selvagem destruisse, ameaçasse ou atacasse os outros”.

Como se pode depreender do excerto acima, a forma como o Coronavírus é definido em *rhonga* e *changana* traz consigo um ruído que perturba o que se pretende com esse tipo de comunicação que é sensibilizar o receptor a se precaver da doença. Continuando com o *spot*, depois da definição do MM, a repórter quis saber como é que a doença se caracterizava ou como devia ser reconhecida pelas pessoas caso a contraíssem. Veja a transcrição:

(Changana) *Muvutiseli: A mavabzi lawa hingamafananisa ni yini?*

(Português) Repórter: Com que podemos comparar esta doença?

(Changana) MM: *Hingamafananisa ni mukhuhlwana wa normali kumbe kuvendzavendza ka kutoloveta hi kutivaka hi masiku svanga mukhuhlwana, mafebre [...] funtshi loko munhu aani xivandzana lexi hambani ni madzedzedze angamakuma.*

(Português) MM: Podemos comparar com uma tosse normal ou agitar os lábios habitualmente, como por exemplo: tosse, febres [...] mesmo porque se a pessoa tiver este animal feroz até pode desenvolver febres.

No excerto acima, o técnico de saúde explica, em *changana*, que esta doença (a tal que entra através de um animal selvagem e feroz em pessoas e animais) se parece com uma tosse normal ou, voltando a usar um outro vocábulo “estranho ao contexto”, *kuvendzavendza*, que se traduz em “agitar involuntariamente os lábios (quando furioso)” (SITOE, 2011, p. 345).

Perguntado sobre como é que o vírus (o tal animal feroz) se transmite, o técnico de saúde responde da seguinte maneira:

(Changana) *Muvutiseli: [...] xituletana hi ndlela muni ka vanhu ni sviharhi?*

(Português) Repórter: [...] Como é que se transmite em pessoas e animais?

<sup>8</sup> Todas as traduções dos *spots* publicitários são de responsabilidade do autor do texto.

(Changana) MM: *Axivandzana lexi, akutululetana ka xona hambu hi kukhumbana ni munhu lweyi anganaxu kumbe xiharhi xinganavona xingamutluleta. Hi kuvulavula kunene, marhi mangamutluleta munhu loko akumeka kusuhi na yena. Handle ka lesvo, akutululetana loko ungakukuma loko ukhoma lomu kungani xitsongwatsongwana lexi [...]* (Português) MM: Este animal, a forma de transmitir pode ser ao se encostar com a pessoa infetada ou animal infetado. Mesmo ao simples falar, a saliva pode infectar a pessoa que estiver próxima. Para além disso, a pessoa pode se infectar se tocar onde exista essa bactéria/micróbio [...]

Deixando de lado a interpretação da palavra *xivandzana* como acima se viu, nas formas de transmissão de um corpo para um outro, o técnico de saúde usa um novo termo *xitsongwatsongwana*, que se traduz em “bactéria; micróbio” (SITOE, 2011, p. 419). Dos excertos acima, depreende-se que os conceitos-chave para a sua compreensão são:

- (i) (Changana) *xitsongwatsongwana*, que se traduz em “bactéria; micróbio” (SITOE, 2011, p. 419) ou (Rhonga) *Xitrongwatrongwana*, “bactéria; micróbio” (SITOE *et al*, 2008, p. 383).
- (ii) Vírus, “*xitsongwatsongwana, xidokoro, xipungwana, xihlungu xa mavabzi, vhiru*” (SITOE, 2017, p. 755).
- (iii) Vírus “agente (microrganismo) infeccioso de muitas doenças, por vezes tão pequeno que pode atravessar os poros de filtros; substância venenosa inoculada por alguns animais [...]” (ALMEIDA COSTA & SAMPAIO E MELO, 1992, p. 1733)

A compreensão dos conceitos-chave acima foi feita através de consultas a dicionários comuns disponíveis ou de fácil acesso. Em (i), apresenta-se a palavra *xitsongwatsongwana*, em *changana*, e *xitrongwatrongwana*, em *rhonga*. Essas duas línguas são mutuamente inteligíveis, tendo apenas algumas diferenças fonético-fonológicas. Essa palavra é derivada de *xitsongo*, “pequeno; pouco”, e que *xitsongwatsongwana*, literalmente, significa algo muito pequeno ao ponto de não poder ser visto a olho nu. Esse termo traduz muito bem o conceito de bactéria, de micróbio ou mesmo de vírus, conforme se pode ver em (ii), cujo significado foi extraído do *Dicionário Português-Changana*. O conceito em (ii) está muito próximo do conceito extraído do *Dicionário da Língua Portuguesa*, apresentado em (iii). Existindo os termos e em uso nas línguas moçambicanas (*rhonga/changana*), apenas pode-se aventar a hipótese de que a entrevista deveria ter sido melhor preparada de forma a garantir uma comunicação eficaz através das ondas da rádio. Perante uma pandemia, algo raro na história recente da humanidade, o cuidado na seleção vocabular para a transmissão de sentidos aos ouvidos é fundamental para a comunicação.

O *spot* termina com o seguinte diálogo:

(Changana) *Muvutiseli: Hisvitwisa kuyini lesvaku hixikumile xitsongwatsongwana lexi?*

(Português) Repórter: Como saberemos que contraímos o vírus?

(Changana) MM: [...] *loko hitwa dzedzedze, kukhohlola kumbe athlangana ni munhu lweyi ataka hi matikweni lawa mangani xivandzana lexi [...]*.

(Português) MM: [...] Quando sentirmos febre, tosse ou quando entrarmos em contacto com alguém que vem de países que têm esta doença [...].

A resposta do técnico de saúde no excerto acima levanta outro problema de compreensão, que tem a ver com a cultura das pessoas. A provável pergunta por parte do radiouvinte pode ser a seguinte: “Por que uma doença, que se diz nova, se manifesta através de febre e tosse?”. Essa pergunta faz todo um sentido na medida em que as pessoas sempre tiveram tosse e febre e, muitas vezes, resolvem esses problemas fazendo bafos ou tomando outros remédios tradicionais. De fato, a observação feita na Machava, revela o nascimento de um novo negócio e muito concorrido, o negócio da venda de folhas de eucalipto. Essas folhas, por vezes misturadas com outras, são entendidas, pelo grosso das pessoas de esferas sociais diferentes, como uma solução para o problema de tosse, sobretudo porque a cura à tosse passou a ser o problema principal, uma vez que as causas dessa doença parecem não fazer muito sentido, a avaliar pelas intervenções do técnico de saúde. Portanto, do ponto de vista de autoridade de quem fala, o *spot* foi bem

concebido porque a pessoa em alusão é um profissional de saúde, o que o confere uma posição tácita válida para falar da matéria, conforme preconiza P de participantes no mnemônico *Speaking* de Hymes (1974)<sup>9</sup>.

Dos *spots* analisados, apenas um apresenta o conceito do Coronavírus. Os outros 15 centram-se nas formas de prevenção. A transcrição que se segue é de um líder político, a figura política maior do território em análise, que se apresenta como JP. Numa das suas intervenções aos seus governados, dirige-se da seguinte maneira:

(Rhonga) JP: [...] *mavabzi lawa mata he matiku ya handle. Hine xifundza Maputo, hini vhanu vatlhasaka ni mavhiyawu, kumbe vabuya hi mafrontera ya Johana ni Eswathini kulaveka hakunene hitwisisa mazrito ya Tatana Presidente Filipe Jacinto Nyusi yakuva hitshama nahitibekisile akuva mavabzi lawa mangahikumi.*

(Português) JP: [...] esta doença vem dos países estrangeiros. Nós na província de Maputo, recebemos pessoas que vêm de aviões, ou chegam de fronteiras da África do Sul e *Eswatini*, por isso é muito importante seguir as orientações do Presidente Filipe Jacinto Nyusi segundo as quais temos que nos proteger para não contraímos esta doença.

No excerto acima, o governante explica aos seus governados que a doença causada pelo Coronavírus é exógena ao território por ele governado, é uma doença dos países estrangeiros, isto é, só as pessoas que tiveram contato com viajantes desses países são possíveis pontos de contágio. Assim, as pessoas que regressam da África do Sul ou de *Eswatini* ou ainda os que viajaram de avião são o maior vetor de infeção. Essa sua constatação é reforçada pela Declaração do Estado de Emergência em que o presidente da República apela às pessoas que se protejam.

Em uma possível análise desse excerto, as palavras de JP sugerem que o maior problema de contágio pelo vírus está com os outros e não com os habitantes de Maputo. Assim, ao se proteger dos idos de viagem, está a se proteger da doença. Por conseguinte, as pessoas podem até se aglomerar desde que uma delas não tenha tido contato com os viajantes que regressaram do estrangeiro. Esse *spot* continuou no ar mesmo depois de se ter passado para o nível de transmissão comunitária da doença, em que a transmissão era feita entre os membros da comunidade. Esse ato por si já constituía um ruído na comunicação, pois estava a se comunicar sobre algo que não correspondia totalmente a fatos. A intervenção gravada de JP termina com o seguinte conselho:

(Rhonga) JP: *Axalisima ngopfu i kuva hitshama kaya, hitshama nahihlampa mavoko, loko hitshuka hikhoma mimbangu ya kukarhi, hihlamba mavoko hi mati ni sabawu, loko hipfumala sabawu hitirhisa nkuma [...].*

(Português) JP: O mais importante é ficarmos em casa, estarmos sempre a lavar as mãos, se tocarmos superfícies, lavarmos as mãos com água e sabão, se não tivermos sabão usemos cinza [...].

Em resumo, o excerto acima corresponde às medidas de prevenção contra a Covid-19<sup>10</sup>, a saber: a lavagem das mãos com água ou cinza, evitar tocar em superfícies e ficar em casa (*kutshama kaya*). Aqui, o conceito de “*kutshama kaya*” leva a outra reflexão, com implicações na compreensão da mensagem que se pretende transmitir. A explicação desse termo (*kutshama kaya*) leva à sua denotação em partes:

<sup>9</sup> Hymes (1974) cria como método de pesquisa etnográfica o acrónimo ou mnemónico *speaking*, em que cada letra remete a um elemento-chave da pesquisa etnográfica, a saber: (i) *Setting or scene* (ambiente), momento e local da troca comunicativa, mas também ambiente psicológico e definição cultural do tipo de cenário; (ii) *Participants* (participantes), o emissor, o receptor, o eventual público, que podem influir no comportamento comunicativo dos agentes; (iii) *Ends* (fins ou propósitos), objetivos como metas e objetivos como resultados (aquilo que se almeja e aquilo que se alcança); (iv) *Act sequence* (forma e conteúdo da mensagem), forma e conteúdo daquilo que e dito, considerados nas suas relações recíprocas e do ponto de vista das regras sociais que governam todos os atos de comunicação; (v) *Key* (tom ou modo de pronunciar), tom, modo, humor quando se realiza um acto; (vi) *Instrumentalities* (instrumentos de transmissão), canal (escolha do meio falado, escrito, telegráfico etc.) e código (escolha de diversas linguagens e entre variedades de uma mesma linguagem); (vii) *Norms of interaction and of interpretation* (normas), comportamento e propriedades específicas que podem acompanhar os atos linguísticos e, também, as regras compartilhadas para a análise das estruturas da interação; (viii) *Genre* (géneros textuais, oral ou escrito), categorias ou tipos de atos e acontecimentos e acontecimentos comunicativos, como, por exemplo, conversação, leitura, oração etc.

<sup>10</sup> O MISAU (2020) produziu uma série de materiais sobre esta matéria.

- (i) **Kaya:** “casa (edifício), lar, família, lar, pátria, a terra onde nasceu” (SITOE, 2008, p. 84)/SITOE (2011) (*rhonga/changana*).
- (ii) **Casa:** “nome comum a todas as construções destinadas à habitação, vivenda, prédio, família, bens, conjunto de pessoas que estão adstritas ao serviço particular de um Chefe de estado [...]” (ALMEIDA COSTA, J; SAMPAIO e MELO, 1992, p. 313).
- (iii) **Yindlo:** “1. casa, habitação 2. Clã, tribo; 3. Templo ou casa de Deus” (SITOE, 2011, p. 434).
- (iv) **Munti:** “1. Casa, habitação que alberga uma família; lar, família 2. Povoação; aldeia; vila, cidade. 3. Instalações sede” (SITOE, 2017, p. 195)

Na cosmovisão dos *rhonga* ou *changana*, o conceito *kaya* é vasto ou remete-nos à vagueza<sup>11</sup>, conforme se pode ver em (i). De fato, diferentemente do conceito em (ii), nessas culturas – exceto os poucos que vivem em zonas urbanas (em apartamentos), que podem se circunscrever num edifício –, a palavra *kaya* tem mais a ver com lar, família, pátria ou mesmo terra onde nasceu. O termo *casa* pode equivaler a (iii), no entanto, “casa, habitação”. Por exemplo, uma pessoa pode ter uma casa (*yindlo*), mas não ter um lar ou família (*kaya*). O termo (iv) é também comum e extravasa um pouco o conceito de *yindlo* ou *kaya*. Sobre o termo *munti*, Junod (1996, p.285) afirma:

A povoação *tsonga* (*muti*) não é um aglomerado formado o acaso. É um organismo social de estrutura bem determinada e composta pelo chefe e pelos velhos que estão a seu cargo, por suas mulheres, irmãos mais novos e mulheres destes, filhos casados e filhas e filhos solteiros (JUNOD, 1996, p. 285).

Portanto, *kutshama kaya*, “ficar em casa”, pode equivaler a *kutshama muntini*, “ficar no quintal”, mas não em *kutshama ndlwini*, “ficar dentro de casa”. Essa dificuldade de especificar o local ou de trazer o referente do local onde se pretende que as pessoas estejam em tempos de pandemia, pode, por um lado, implicar no comportamento das pessoas depois de terem sido dispensadas dos seus locais de trabalho, no caso dos assalariados, para *kutshama kaya*; e, por um lado, levantar outro problema para os que não tinham um emprego formal e sempre estiveram em casa (*kutshama kaya*).

No Tomo 1, dos *Usos e Costumes dos Bantu*, na secção sobre *A vida diária da povoação*, Junod (1996, p. 304) afirma que “[...] a vida diária da povoação acontece na grande maioria fora de casa”, e, nas páginas seguintes, explica ao detalhe a vida em alusão, que parte de espaços fechados, no pasto de gado (bovino ou caprino), no largo, nos bosques até aos jogos diversos de todas as idades (JUNOD, 1996). Centrando a discussão nos povos *rhonga* ou *changana*, ficar em casa resume-se em não ir ao serviço, para os que trabalham, e ficar na povoação, para os que não têm emprego formal ou que não trabalham.

A observação confirma que, nos locais habituais de jogos, sobretudo o *ncuva*<sup>12</sup>, as pessoas adultas, sobretudo do sexo masculino, aglomeravam-se em jogo; os vizinhos conviviam lado a lado e trocavam, habitualmente, os seus copos; as crianças, na impossibilidade de ir à escola, porque estavam fechadas por conta do Estado de Emergência, brincavam nas ruas umas com as outras, os meninos jogavam futebol e outros jogos; e, em resumo, a vida da povoação acontecia como habitualmente. Portanto, o conceito *kutshama kaya*, “ficar em casa” pretendido, traduzido para as línguas em estudo, não dava a ideia de confinamento, isolamento de restringir as famílias entre si no seu habitat. Para uma comunicação efetiva sobre essa matéria, podia traduzir o conceito “fique em casa” (*kutshama kaya*) em “fiquem nos vossos quintais” (*kutshama muntini*). Mesmo assim, sabendo que a vida da povoação acontece fora dos quintais, por exemplo, a machamba, a pastorícia ou a venda nos mercados formais e/ou informais etc., tinha que se dar alternativas sobre o que as pessoas haviam de fazer para o autossustento em tempos de pandemia, mas esse assunto não é o escopo deste texto.

Nas linhas que se seguem, transcreve-se um *spot* completo, mas salienta-se que se preste a maior atenção na parte que está no retângulo:

<sup>11</sup> A linguagem é intrinsecamente indeterminada e precisa de recursos para controlar essa indeterminação. “diz –se que uma palavra é vaga quando não existe um critério único e seguro para decidir a que objetos a aplicaríamos (ILARI, 2001, p.201)

<sup>12</sup> *Ncuva*: “-1. Cada uma das pedrinhas ou caroços para o jogo de *ncuva*. 2. O nome deste jogo” (SITOE, 2011, p. 204).

(Música em Changana) Nyandhayeyooo

Pedido de socorro

A: He...hobalha kutitimela hikwaku loku, i mhaka muni?

Estas a transpirar com todo este calor, que se passa?

B: eeee anisvitivi, kambe devi ali dzedze mani eeee! (som de pessoa a tossir)

[...] Não sei, mas deve ser malária!

A: eeee, eeee se i mukhuhlwani wa yini lowu?

[...] Que tosse é essa?

B: Phela asvilungi, nixanisiwa hi mukhuhlwani, kuvava ka nhloko, (tussir)

Na Verdade, não estou nada bem, tenho tosse, dói-me a cabeça

A: (som de alguém a tossir) *Impela, famba xibelhela, amavabzi lawa animavoni bem! Ungatshama ukutani kuve se uni coronavirus.*

Verdade mesmo, vá ao hospital, não tenho bom pressentimento dessa doença! Pode até ter contraído o Coronavírus.

B. *Niza niya xibelhele i mukhuhlwani ntsem? Nitabzaha saka la nkoni, [...] mina svitazasvihanya lesvi, hambu mihlulamethi*

Achas mesmo que irei ao hospital por causa da tosse? Vou fumar saco de ráfia (alusão a uma técnica tradicional de combate à tosse), eu vou resolver isto, ou posso fazer bafo com folhas de eucalipto.

A. *Nada weno, utatshama uku i mukhuhlwani kuve i mavabzi man'wani, ya nkama wamanguva lowu hingakawona, famba xibelhela weno. Phela mavabzi lawa, mamaha ingi i mukhuhlwani ni dzedzedze lesviyaaaa, kambe ahiyingisi ahlamuselo wa lesvaku mamahisa kuyini muzimbeni wa munhu, mavabzi lawa:*

Não faça isso, podes pensar que é tosse enquanto é uma outra doença, dos tempos em que vivemos, vais ao hospital. Esta doença, parece-se com a tosse e malária, mas vamos ouvir o técnico de saúde

[...]

No *spot* acima, há toda uma contextualização (diga-se, esteticamente muito bem trabalhada, com som alegórico e todos os detalhes de uma publicidade). No diálogo em alusão, B, depois de ter apresentado os sintomas da Covid-19 e ter sido aconselhado a ir ao posto de saúde ou hospital, recusa-se a procurar ajuda, alegando que não pode ir ao hospital só por causa de tosse ou febres e avança uma solução: a de uso remédios tradicionais. Por fim, remete-se ao melhor aconselhamento usando a voz de MM (apresentado em reticências no fim do diálogo). Como se viu, a explicação deste, não é a adequada para a definição do Coronavírus, confirmando-se, assim, a seleção vocabular usada nestes *spots*, sobretudo, na definição do objeto (Coronavírus), não ter sido bem sucedida.

Em seguida, apresentam-se algumas palavras-chave para a prevenção do contágio pelo Coronavírus, comparando-se à LP e às línguas locais (*changana/rhonga*) extraídas dos *spots* publicitários em análise.

**Quadro 1:** Léxico (empréstimo direto)

Português	Changana
a. Desinfetar	<i>Ndzefetara</i>
b. Javel	<i>Javhela</i>
c. Máscaras	<i>Mamaxikara</i>
d. Sintomático	<i>Sintomatiku</i>
e. Assintomático	<i>Asintomatiku</i>

Fonte: autor

Em (1), apresentam-se as palavras e as expressões mais usadas nos *spots* publicitários em análise. Como se depreende, todos são empréstimos lexicais diretos, isto é, foram diretamente extraídos da língua-fonte (português) para a língua-alvo (*rhonga/changana*), sofrendo apenas algumas adaptações na escrita dessas línguas<sup>13</sup>. Portanto, os termos e as expressões em português traduzidas para *changana/rhonga* são iguais nas duas línguas. Em (a), a palavra *ndzefetara* poderia ser explicada pela sua extensão, que é *kuchela mimirhi ya kudlaya xitsongwatsongwa*, “por remédios que matam o vírus”. Em (b), a palavra *Javhela* é um exemplo de um detergente mais frequente no local de estudo (Javel). Em (c), a palavra *mamaxikara*, “máscaras” poderia ser substituída por *xisirhelo (xa nomo ni tinhompfu)*. Note-se que, mesmo para os falantes comuns de LP, a expressão referencial máscara não remete obviamente a usadas durante a pandemia. O referente comum é algo que serve para esconder a face e não para proteger a boca e o nariz. Para evitar vagueza, uma explicação clara do tipo de máscara pretendida, bem como dos seus objetivos era imperioso, pois o número de tecidos ou camadas que a constitui é importante na produção de uma máscara eficiente. Os dados (d) e (e) são mais um exemplo de vagueza, pois como explicar a um ouvinte que existe um doente sintomático e assintomático? Uma pessoa sem sintomas está doente? A continuação dessa vagueza do significado dos termos e das expressões usados constitui um ruído na compreensão das mensagens difundidas.

## 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente artigo visou estudar as mensagens sobre o Coronavírus difundidas através da rádio em línguas locais, nomeadamente: *rhonga* e *changana*, no posto administrativo da Machava, província de Maputo, município da Matola. Sobre a avaliação da eficiência comunicativa da(s) tradução(ões) das mensagens áudio sobre o Coronavírus/Covid-19, o estudo conclui que, avaliando como as mensagens foram traduzidas ou interpretadas para *rhonga* ou *changana*, essas mensagens não são eficientes, pois, nessas línguas, não correspondiam ao que se pretendia transmitir em português. Por conseguinte, as mensagens traduzidas de LP para as LBs, *rhonga* ou *changana*, não podem ter contribuído para a mudança de comportamento do público ouvinte, na medida em que o que se transmitia não era perceptível nas línguas em estudo, bem como as mensagens traduzidas para as LBs são eram equivalentes, do ponto de vista do seu conteúdo, com as expressas em LP. Provavelmente, se o radiouvinte tiver denotado o que o emissor disse, não foi por causa da tradução, mas porque já conhecia a palavra em português.

O estudo mostrou, também, que, nas práticas sociais das comunidades, foram mantidas as habituais, nomeadamente: as crianças brincando umas com as outras nas ruas, a prevalência de jogos diversos, os adultos continuavam a se aglomerar nas suas habituais conversas etc.

Os dados mostraram, ainda, a necessidade de criação de uma política de tradução no país de forma a dar conta da diversidade linguístico-cultural do país e, por conseguinte, a formação de um grupo que se dedique ao estudo e à reflexão sobre os termos/conceitos linguísticos e seus usos. A existência desse grupo minimizaria a vagueza na comunicação, sobretudo na tradução de vocabulário de especialidade.

Por fim, como recomendação, o estudo aponta para a necessidade urgente de criação um *board* ou uma agência que lide com as questões de tradução no país pois tem consequências na vida das pessoas através daquilo que lhes é comunicado. A referida agência a ser criada deveria ser constituída por equipa multidisciplinar composta por tradutores e intérpretes, dentre outros por linguistas, médicos (tradicionais e biomédicos), antropólogos e sociólogos, bem como deveria haver a definição de uma política linguística e de uma política de tradução explícitas em Moçambique.

Apesar de o estudo ter se baseado em documentos diversos e em material primário para a recolha de dados, tem a limitante de não ter sido feita a recolha de dados dos sujeitos, neste caso os residentes em Machava, as vendedeiras, a população que frequenta o local, sobretudo os terminais de autocarros de forma a testar a compreensão dos *spots* publicitários em estudo. Mesmo assim, considera-se que os objetivos do estudo foram alcançados, deixando espaço para mais pesquisas.

<sup>13</sup> A escrita de *Changana* e *Rhonga* obedece à ortografia padronizada das línguas moçambicanas (SITOE; NGUNGA, 2000; NGUNGA; FAQUIR, 2011).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA COSTA, J; SAMPAIO E MELO, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. Porto: Porto Editora, 1992.
- BATIBO, H. *Language decline and death in Africa: Causes, consequences and challenges*. Toronto: Multilingual Matters, 2012.
- BORTONI-RICARDO, S. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BRANCO, S. O. A tradução como ferramenta linguístico-cultural. *Fragmentos*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 2011.
- CHIMBUTANE, F. *Rethinking bilingual education in postcolonial contexts*. Clevedon, Avon: Multilingual Matters, 2011.
- DE JESUS, J. *O currículo da Educação Bilingue em Moçambique: A Escrita em Português na 3ª classe, num Contexto Intercultural*. 2017. 180 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade Pedagógica, Maputo, 2017.
- FIRMINO, G.; NDAPASSOA, A. Opções Linguísticas nas Emissões Radiofônicas da RM (Uma visão histórico-ideológica). Comunicação apresentada nas “Jornadas científicas da FLCS – 2019. 17 e 18 de Outubro de 2019, Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo, 2019.
- FIRMINO, G. A “*questão linguística*” na África pós-colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Promédia, 2002.
- GONÇALVES, P., LANGA, D.; TEMBE, F. *Panorama da comunidade moçambicana bilingue Língua Bantu/L1-Português/L2: fase Piloto*. Relatório de investigação. Maputo, (número de páginas) p. Trabalho não publicado.
- HYMES, D. *Foundations in Sociolinguistics*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1974.
- ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Dados do Recenseamento Geral da População de 2019*. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- JUNOD, H. *Usos e costumes dos Bantu*. Tomo 1. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- LANGA, D. Usos linguísticos da comunidade moçambicana bilingue. In: SIOPA, C.; MARQUES, J. A.; MONTEIRO, A. C.; SERRA, P. (ed.), *Língua e literacia(s) no século XXI: Textos selecionados das 9.ªs Jornadas da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora. 2019a. p. 99-126.
- LANGA, D. Percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do português e das línguas maternas bantu. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 13, n. 3 (Especial), p. 259-281, dez. 2019b.
- LOPES, A. *A batalha das línguas: Perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.
- LOPES, A. *Política linguística: Princípios e Problemas*. Maputo: Livraria Universitária, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Estratégia de Comunicação do Ensino Bilingue 2021 - 2030*. MINEDH, 2020.

MISAU. COVID-19: Material Educativo Audio. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/material-educativo-audio>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Desenvolvimento (INDE) da Educação/Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). Programa do Ensino Bilingue- II- Ciclo. In: INDE/MINED. *Programa do ensino Básico*. Maputo: INDE/MINED, 2003. p.161-171.

MEYLAERTS, R. *The politics of translation in multilingual states*. Routledge, p. 221-237, 2018. Disponível em: <https://hiw.kuleuven.be/nl/nieuws-agenda/evenementen/1718/linguisticdiversityworkshop/meylaerts.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

MINAYO, M. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MISAU. COVID-19: Manuais e Material Educativo (misau.gov.mz), acesso em 05 maio 2021.

MITI, L. Language Rights as a Human Rights and Development Issue in Southern Africa. In KANENGONI, Alice (Ed.). *OPENSAPACE.OSISA*, v.2, Issue, November, 2008, p. 7-18.

MOÇAMBIQUE. Ministério de Saúde (MISAU), Departamento de Saúde Pública. *Manual de Prevenção Covid 19*. Maputo: MISAU, 2020.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República (atualizada)*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

MOÇAMBIQUE. Decreto 11/2020 de 30 de Março – Declara o Estado de Emergência, por Razões de Calamidade Pública, em todo o território nacional. Disponível em: <https://www.mic.gov.mz/por/Legislacao-anexos/Decreto-Presidencial-n1-11-2020-de-Marco-Declara-o-Estado-de-Emergencia-por-Razoes-de-Calamidade-Publica-em-todo-o-territorio-nacional>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MOÇAMBIQUE. Decreto 7/2021 de 5 de Março - Contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, aprovadas pelo Decreto n.º 2/2021, de 4 de Fevereiro. Disponível em: [Decreto n.º 7 - 2021 de 5 de Março.pdf \(ta.gov.mz\)](#). Acesso em: 31 jan.2022.

MOÇAMBIQUE. Lei 1/2020 de 31 de Março - Ratifica a declaração do estado de emergência, constante no Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 30 de Março. Disponível em: [Lei AR / Declaração do Estado de Emergência / Início - Portal do Governo de Moçambique](#). Acesso em: 31 jan. 2022.

MOÇAMBIQUE. Lei 18/2018 de 28 de Dezembro - Estrutura do Sistema Nacional de Educação. Disponível em: [BR\\_254\\_I\\_SERIE\\_2.º SUPLEMENTO\\_2018.pdf \(ilo.org\)](#). Acesso em: 31 jan. 2022.

MOÇAMBIQUE. Resolução 08/2010. Estatuto Orgânico do Instituto de Nomes Geográficos de Moçambique. [mz-government-gazette-series-i-dated-2010-10-13-no-41.pdf \(gazettes.africa\)](#). Acesso em: 31 jan. 2022.

NDAPASSOA, A.; BALANGO, P. *Glossário de conceitos políticos, sociais e desportivos* (Português-Línguas Moçambicanas). Maputo: Rádio Moçambique, 2015.

- NELIMO. *I Seminário Sobre A Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas*. Maputo: Editora Escolar, 1989.
- NGUNGA, A.; FAQUIR, O. (ed.). *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), 2011.
- NGUNGA, A. Seleção de línguas e variantes de trabalho na rádio. In: NDAPASSOA, A. *Serviços públicos de radiodifusão: Desafios do presente e do futuro*. Maputo: RM-EP, 2011, p. 31-34.
- NHAMPOCA, E. Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 82-100, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2015v16n2p82>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- ORIGUELA, D. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *TradTerm*, São Paulo, v. 23, p. 225-240, set. 2014.
- PATEL, S. A. *Olhares sobre a educação bilingue e seus professores em região de Moçambique*. Campinas, 2005. 129f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2005.
- PÖCHHACKER, F. Conexões fundamentais: afinidade e convergência nos estudos da interpretação. *Scientia Traductionis*, Florianópolis, n. 7, p. 61-75, 2010.
- PONTES, V. O; PEREIRA, L. L. O. Translate to teach language variation in treatment forms of spanish, why not?. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 36, n. 2, pp. 66-90, maio/ago., 2016.
- QUEIROZ, M. Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. *TradTerm*, São Paulo, v. 23, p. 193-223, 2014.
- ROMAIN, S. *Bilingualism*. Oxford: Blackwell. 1995.
- SEVERINO, A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SITOE, B. *Dicionário Changana – Português*. 2 ed. Maputo: Texto Editores, 2011.
- SITOE, B. *Dicionário Português – Changana*. Maputo: Texto Editores. 2017.
- SITOE, B. Línguas e Estados nacionais: Problematizações históricas e implicações. In: SEVERO C.; SITOE, B.; PEDRO, J. *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014. p. 37-75.
- SITOE, B; MAHUMANA, N.; LANGA, P. *Dicionário Ronga-Português*. Maputo: PROMETRA, 2008.

SITOE, B.; NGUNGA, A. (ed.). *Relatório do II Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas*. Maputo: Editora Escolar, 2000.

UNESCO. (s/d). Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos. *Linguasagem*, v., n. ano. Disponível em: [dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.PDF \(dhnet.org.br\)](#). Acesso em: 28 mar. 2018.

VETERANO, M. Serviços públicos de radiodifusão vs concorrência e globalização: Que estratégias? O Caso da Rádio Moçambique. *In: NDAPASSOA, António. Serviços públicos de radiodifusão: Desafios do presente e do futuro*. Maputo: RM-EP. 2011. p.107-110.



**Recebido em 07/05/2022. Aceito em 03/12/2022.**